

# Diário da Assembléia

Nº 2.425

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 27 DE FEVEREIRO DE 1970

ANO IX

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### 3.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura

#### Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia

##### Legislativa do Estado do Paraná

###### DEPUTADOS ESTADUAIS

1 -	ARMANDO QUEIROZ	(ARENA)
2 -	TULIO VARGAS	(ARENA)
3 -	OLAVO FERREIRA	(ARENA)
4 -	JORGE SATO	(ARENA)
5 -	ALENCAR FURTADO	(MDB)
6 -	IGO LOSSO	(ARENA)
7 -	FRANCISCO ESCORSIN	(ARENA)
8 -	ABRAHÃO MIGUEL	(ARENA)
9 -	AGNALDO PEREIRA LIMA	(ARENA)
10 -	AMADEU PUPPI	(ARENA)
11 -	ANTÔNIO LOPES JÚNIOR	(ARENA)
12 -	ARTHUR DE SOUZA	(ARENA)
13 -	DAVID FEDERMANN	(ARENA)
14 -	EMÍLIO CARAZZAI	(ARENA)
15 -	ERNESTO MORO	(ARENA)
16 -	ERONDY SILVÉRIO	(ARENA)
17 -	EURICO ROSAS	(MDB)
18 -	FABIANO BRAGA CORTES	(ARENA)
19 -	FUAD NACLI	(ARENA)
20 -	GABRIEL MANOEL	(ARENA)
21 -	HAROLDO BIANCHI	(ARENA)
22 -	IVO TOMAZONI	(ARENA)
23 -	JOÃO MANSUR	(ARENA)
24 -	LEOPOLDO JACOMEL	(ARENA)
25 -	LUÍZ CRUZ	(ARENA)
26 -	LUÍZ MALUCELLI	(ARENA)
27 -	NELSON BUFFARA	(MDB)
28 -	OLÍVIO BELICH	(ARENA)
29 -	OLIVIR GABARDO	(MDB)
30 -	ÓVIDIO FRANZONI	(ARENA)
31 -	PAULO CAMARGO	(ARENA)
32 -	PINTO DIAS	(ARENA)
33 -	ROBERTO GALVANI	(ARENA)
34 -	ROBERTO WYPYCH	(ARENA)
35 -	SEME SCAFF	(ARENA)
36 -	SÍLVIO BARROS	(MDB)
37 -	LAURO MULLER SOARES	(ARENA)

###### COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente: Armando Queiroz de Moraes.

1.º Vice-Presidente: Túlio Vargas. 2.º Vice-Presidente: Olavo Ferreira.  
3.º Secretário: Jorge Sato. 2.º Secretário: Alencar Furtado. 3.º Secretário: Igo Iwami Lossó. 4.º Secretário: Francisco Escorsin.

###### LIDERANÇAS

ARENA - Líder: Erondy Silvério e Vice-Líder: Antônio Lopes Jr.  
M.D.B. - Líder: Eurico Batista Rosas - Vice-Líder: Olivir Gabardo.

###### COMISSÕES TÉCNICAS

###### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

ARENA - Emílio Carazzai - Presidente.  
M.D.B. - Sílvio Barros - Vice-Presidente.  
ARENA - Ivo Tomazoni - Antônio Lopes Júnior - Igo Lossó -  
Abraão Miguel - Ovídio Franzoni - Roberto Wypych - Paulo Camargo -  
Luiz Cruz.  
M.D.B. - Olivir Gabardo.

###### Suplentes:

ARENA - Haroldo Bianchi - Fabiano Braga Cortes - Arthur de Souza -  
Amadeu Puppi - Paulo Poli - Luiz Renato Malucelli - David Federmann -  
Francisco Escorsin - Roberto Wypych - Roberto Galvani - Ernesto  
Moro.

M.D.B. - Eurico Rosas - Nelson Buffara.

Secretária - Maria Amália O. de Oliveira.

Reuniões - quintas-feiras.

###### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

ARENA - Fuad Nacli - Presidente.

M.D.B. - Sílvio Barros - Vice-Presidente.

ARENA - Gabriel Manoel - Paulo Poli - David Federmann - Roberto  
Galvani - Luiz Renato Malucelli.

###### Suplentes:

ARENA - Francisco Escorsin - Agnaldo Pereira Lima - Leopoldo Ja-  
comel - Ernesto Moro Redeschi - Luiz Cruz - Pinto Dias.

M.D.B. - Nelson Buffara.

Secretária - Eley Silva Batista.

Reuniões - Condicionada à existência de matéria de sua competência.

## COMISSÃO DE FINANÇAS

ARENA - Leopoldo Jacomel - Presidente.

ARENA - João Mansur - Vice-Presidente.

ARENA - Olívio Belich - Seme Scaff - Ernesto Moro - Roberto  
Galvani.

M.D.B. - Eurico Batista Rosas.

###### Suplentes:

ARENA - Antônio Lopes Júnior - Ovídio Franzoni - Haroldo Bianchi -  
Ivo Thomazoni - Gabriel Manoel.

M.D.B. - Sílvio Barros.

Secretário - Lélio Guimarães Sotto Maior.

Reuniões - quintas-feiras.

## COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS

### TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES

ARENA - Arthur de Souza - Presidente.

ARENA - Pinto Dias - Vice-Presidente.

ARENA - Haroldo Bianchi - Igo Lossó.

M.D.B. - Eurico Batista Rosas.

###### Suplentes:

ARENA - Fabiano Braga Cortes - Francisco Escorsin - Igo Lossó -  
Olívio Belich.

M.D.B. - Nelson Buffara.

Secretário - Roberto D. Sátyro.

Reuniões - Condicionada à existência de matéria de sua competência.

## COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

ARENA - Antônio Lopes Júnior - Presidente.

MDB - Nelson Buffara - Vice-Presidente.

ARENA - Leopoldo Jacomel - David Federmann.

ARENA - Luiz Cruz.

###### Suplentes:

ARENA - Abraão Miguel - Luiz Renato Malucelli - Amadeu Puppi -  
Seme Scaff.

M.D.B. - Sílvio Barros.

Secretário - Ney Rodrigues.

Reuniões - sextas-feiras.

## COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

ARENA - Leopoldo Jacomel - Presidente.

ARENA - Luiz Renato Malucelli - Vice-Presidente.

ARENA - Fabiano Braga Cortes - Olívio Belich.

M.D.B. - Nelson Buffara.

###### Suplentes:

ARENA - Arthur de Souza - Abraão Miguel - Emílio Carazzai -  
Agnaldo Pereira Lima.

M.D.B. - Eurico Batista Rosas.

Secretário - Ivo Gusso.

Reuniões - Condicionada a matéria.

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

ARENA - Ivo Tomazoni - Presidente.

M.D.B. - Olivir Gabardo - Vice-Presidente.

ARENA - Roberto Galvani - Agnaldo Pereira Lima - Abraão Mi-  
guel.

###### Suplentes:

ARENA - Gabriel Manoel - Fabiano Braga Cortes - Ovídio Fran-  
zoni - João Mansur.

M.D.B. - Sílvio Barros.

Secretário - Antônio Lacerda Braga Neto.

Reuniões - Condicionada à existência de matéria de sua competên-  
cia.

## COMISSÃO DE POLÍCIA

ARENA - Paulo Camargo - Presidente.

M.D.B. - Nelson Buffara - Vice-Presidente.

ARENA - Ernesto Moro Redeschi - Roberto Galvani - Haroldo  
Bianchi.

###### Suplentes:

ARENA - Luiz Cruz - Luiz Renato Malucelli - Igo Lossó - Pinto  
Dias.

M.D.B. - Eurico Batista Rosas.

Secretário - José Tavares do Canto Filho.

Reuniões - 2.ª, 4.ª e 6.ª feiras.

## COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

ARENA - Ovídio Franzoni - Presidente.

ARENA - Amadeu Puppi - Vice-Presidente.

ARENA - Paulo Camargo - David Federmann.

M.D.B. - Nelson Buffara.

###### Suplentes:

ARENA - Emílio Carazzai - Haroldo Bianchi - Ernesto Moro Ra-  
deschi - Igo Lossó.

M.D.B. - Eurico Batista Rosas.

Secretário - Loris Cordeiro de Barros.

Reuniões - Condicionadas à existência de matéria de sua competên-  
cia.

**COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS**

ARENA — Paulo Poli — Presidente.  
ARENA — Roberto Wypych — Vice-Presidente.  
ARENA — Gabriel Manoel — Abrahão Miguel.  
M.D.B. — Sílvio Barros.  
Suplentes:

ARENA — Olivio Belich — Roberto Galvani — Ovidio Franzoni — Luiz Cruz.  
M.D.B. — Olivio Gabardo.  
Secretário: — Alberto Carazzai Neto.  
Reuniões: —

**COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA**

ARENA — David Federmann — Presidente.  
M.D.B. — Olivio Gabardo — Vice-Presidente.  
ARENA — Arthur de Souza — Igo Losso — Fúad Nacchi.  
M.D.B. —  
Suplentes:

ARENA — Ernesto Moro — Luiz Cruz — Luiz Roberto Malucelli — Olivio Belich.  
M.D.B. — Sílvio Barros.  
Secretário: — Gilberto Felix da Silva.  
Reuniões: — 3 a e 5 a feiras.

**COMISSÃO DE TURISMO**

ARENA — Luiz Renato Malucelli — Presidente.  
M.D.B. — Eurico Batista Rosas — Vice-Presidente.  
ARENA — Seme Scaff — Antônio Lopes Júnior — Ovidio Franzoni.  
Suplentes:  
ARENA — João Mansur — Francisco Escorsin — Leopoldo Jaoumél — Haroldo Bianchi.  
M.D.B. — Nelson Buffara.  
Secretário: — Maria Stella M. do Amaral Gurgel.  
Reuniões: —

**COMISSÃO ESPECIAL PARA ELABORAÇÃO DO ANTEPROJETO DE ADAPTAÇÃO CONSTITUCIONAL**

ARENA: Abrahão Miguel — Presidente; Antonio Lopes Junior — Túlio Vargas — Luiz Renato Malucelli. MDB: José Alencar Furtado — Olivio Gabardo. Secretária: Elcy Silva Batista.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

**3.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura  
Ata da 270.ª Sessão Ordinária —  
(Convocação Extraordinária)  
Realizada em 27 de Fevereiro de 1970**

Presidência do sr. deputado Armando Queiroz, secretariada pelos srs. deputados Jorge Sato e Alencar Furtado.

As 10,00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Armando Queiroz, Túlio Vargas, Olavo Ferreira, Jorge Sato, Alencar Furtado, Igo Losso, Francisco Escorsin, Abrahão Miguel, Agnaldo Pereira Lima, Amadeu Puppi, Antônio Lopes Júnior, Arthur de Souza, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silverio, Eurico Rosas, Fabiano Braga Côrtes, Fúad Nacchi, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Ivo Tomazoni, João Mansur, Leopoldo Jaoumél, Luiz Malucelli, Nelson Buffara, Olivio Belich, Olivio Gabardo, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Roberto Galvani, Roberto Wypych e Seme Scaff (34); achando-se ausentes os seguintes srs. deputados: Ernesto Moro, Luiz Cruz, Sílvio Barros e Lauro Soares (4).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte E X P E D I E N T E:

**REQUERIMENTOS:**

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do dr. Renato Bueno Neto, falecido no dia 24 último, em Catanduvas, tio do deputado Sílvio Barros.

O ilustre extinto foi dessas figuras cuja memória o tempo perpetuará, pelo muito que fez em favor do povo.

Prefeito por duas vezes do próspero município de Catanduva, deixou grandes obras, marca de homem público valeroso e idealista.

Secretário de Estado e Deputado estadual no vizinho Estado de São Paulo, pautou sua conduta por atitudes nobres em favor das aspirações e anseios populares.

Solicito ainda, se comunique à família enlutada, na pessoa de sua esposa, senhora Sinharinha Bueno Neto, a homenagem sentida desta Assembleia à memória do ilustre dr. Renato Bueno Neto.

Sala das Sessões, em 27 de fevereiro de 1970.

(a) Alencar Furtado

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, um voto de regozijo pela recente nomeação para o egrégio Tribunal de Justiça, do desembargador Ismael

Dornelles de Freitas e que do fato se dê conhecimento a S. Exa. Sala das Sessões, em 27 de fevereiro de 1970.

(a) Antônio Lopes Júnior

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata de um voto de luto por do doutor Daniel Portela, médico da unidade sanitária de Guaratuba, pelo zelo, devotamento e dedicação no atendimento às pessoas que foram em busca de repouso nesse apto balneário paranaense, durante a última temporada.

Solicito, outrossim, para que seja comunicado ao exmo. sr. Secretário da Saúde, para que conste da ficha funcional do referido médico.

Sala das Sessões, em 27 de fevereiro de 1970.

(a) Luiz Malucelli

**Requerimento**

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de aplauso e reconhecimento à "Convenção Batista Paranaense", pelo transcurso do Jubileu de Ouro, do trabalho batista no Estado, acontecimento condignamente comemorado por ocasião da 50.ª Assembleia da Convenção Batista", que se realizou em Curitiba, sob a liderança do pastor Cornélio Doria Bernardes, de 18 a 22 do corrente mês.

A Igreja Batista tem prestado inavulsos serviços à coletividade, através de seu esforço próprio, pois defende e pratica intransigentemente a separação da Igreja do Estado. Valoriza-se assim mais ainda a sua ação social, visando o soerguimento espiritual e moral do povo brasileiro, que se soma ao grande trabalho assistencial e educacional que realiza, na vivência prática do Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Dal, a razão de nosso júbilo pelo auspicioso fato, que marca na história paranaense, a atuação dinâmica e objetiva deste povo.

No magnífico conclave, estiveram presentes os grandes líderes denominacionais, dr. Rubens Lopes, presidente da Convenção Batista Brasileira e da Campanha das Américas; pastor David Gomes, diretor da Escola Bíblica do Ar, além de muitos outros, que inflamaram o auditório com suas palavras de profundo sentimento espiritual e alerta, para os nossos dias.

Assim uma vez aprovada a presente proposição, requeiro o envio de participação oficial, ao dr. Rubens Lopes, pastor David Gomes, ao presidente da Junta Executiva da Convenção Batista Paranaense, pastor Jostias Cardoso Machado, bem como aos diretores dos periódicos "O Jornal Batista", e o "Batista Paranaense".

Sala das Sessões, em 27 de fevereiro de 1970.

(a) Igo Losso

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições, requer a V. Exa., a inclusão de um jornalista credenciado junto a esta Assembleia, para integrar a Comissão que irá representar esta Casa no 3.º Congresso Nacional do Café, na cidade de Poços de Caldas, Minas Gerais.

Sala das Sessões, em 27 de fevereiro de 1970.

(a) Olavo Ferreira

**PROJETO DE LEI:**

Projeto de Lei n. 23-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º — Fica transferida para a responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga o município de Mamborê ao de Ubitatã, em um trecho de aproximadamente 40 (quarenta) quilômetros de extensão.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de fevereiro de 1970.

(a) Paulo Poli

**JUSTIFICATIVA:**

Os municípios de Mamborê e Ubitatã, que vem se caracterizando pelo elevado índice de progresso, estão presentemente se ressentindo de melhores vias de comunicação.

Assim, efetivando-se a transferência para a responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem da estrada que liga a sede dos referidos municípios, muito irão lucrar os respectivos municípios e os usuários em geral, pois aquela via de comunicação passará a oferecer maior segurança e melhores condições de tráfego, com evidentes reflexos positivos na economia estadual.

Esperamos, portanto, contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, sr. deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

A 29 de maio de 1929, na pequena cidade do Vale do Rio do Peixe, do vizinho Estado de Santa Catarina, cidade que nos viu nascer, em 1931, nasci, de família tradicional do Rio do Sul, um menino que mais tarde veio se tornar o capuchinho Agostinho de Capinzal. Para este Deputado é motivo de honra e de júbilo poder registrar nos Anais desta Assembleia Legislativa e endereçar daqui as congratulações dos senhores Deputados, a S. Santidade o Papa Paulo VI, pela escolha do capuchinho Agostinho de Capinzal, para ocupar a Diocese de Palmas, que jurisdiciona todo o Sudoeste Paranaense.

Desejo, sr. Presidente, encaminhar à Mesa, para a consideração do Plenário, requerimento em que solicito um voto do regozijo pelo acontecimento. (Lê):

**"Requerimento**

Senhor Presidente e Senhores Deputados:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer inserção na Ata dos trabalhos de hoje de Voto de Regozijo pela elevação a Bispo de Palmas do padre capuchinho Agostinho de Capinzal, atual Presidente da Conferência dos Capuchinhos do Brasil e provincial da ordem do Paraná e Santa Catarina.



Frei Agostinho de Capinzal nasceu na cidade catarinense de Capinzal no dia 29 de maio de 1929 e foi batizado com o nome de José Benito Sartori. Seus pais são de família tradicional de Capinzal do Sul, no Rio Grande do Sul, pouco antes de seu nascimento se transferiram para aquela cidade de Santa Catarina. O frei ingressou na ordem capuchinha no dia 21 de dezembro de 1945 e sua ordenação sacerdotal ocorreu no dia 21 de dezembro de 1952 após o curso secundário, estudou no Seminário de Santo Antonio, em Bonito, no Município de Aritama, Tamandaré, já no Paraná.

Mais tarde, cursou as Faculdades de Filosofia e Teologia no Convento das Mercês. Em Roma, cursou Direito Canônico na Universidade Gregoriana, onde ocupou, pela segunda vez, o cargo de provincial dos padres capuchinhos do Paraná e Santa Catarina (a sede Provincial é Ponta Grossa). Foi diretor do Instituto Teológico de Curitiba. Exercer o cargo de secretário-executivo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, regional Sul-2 e o cargo de presidente da Conferência dos Religiosos do Brasil regional Sul-2. Foi também assessor jurídico do Tribunal Eclesiástico da Arquidiocese de Curitiba e professor de Direito Canônico. Atualmente exerce a Presidência da Conferência dos Capuchinhos do Brasil.

Dessa ligação pinelada de seus traços biográficos, verifica-se que o Padre Paulo VI, mais uma vez, demonstrou a sua reverenciada sapiência ao escolher para o Bispado de Palmas, o frei Agostinho de Capinzal, cujas credenciais de trabalho e cultura constituem a medida exata para a importância das funções a que vem de ser promovido.

Requer, ainda, se dê ciência ao frei Agostinho de Capinzal, da decisão do nobre Plenário.

(a) Ivo Thomazoni

Não bastasse isso, Frei Agostinho de Capinzal será, a partir de sua investidura no Bispado de Palmas, o condutor da grande maioria daquela população Católica, Apostólica, Romana. E, se não bastassem aquelas qualidades de homem sábio, ainda tem muita semelhança com aquela população que veio a se constituir nessa nova civilização. Pois que, 90% da população Sudoeste paranaense, maior de 20 anos de idade, é oriunda do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Ele, filho de capuchinhos, nascido em Santa Catarina, haverá, por certo, de substituir o saudoso bispo Dom Eduardo, de maneira a fazer a grandeza daquela Diocese.

Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Erondy Silveiro, inscrito.

O SR. ERONDY SILVEIRO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Sempre afirmamos, nesta Casa, que somos avessos a requerimentos que visem aprovação, por parte deste Poder, de votos de louvor, porque achamos que o cidadão investido na função pública, quando cumpre com o dever, naturalmente, não faz nada de mais, não faz nada por merecer manifestações de júbilo por parte dos poderes constituídos.

Todavia, em certos casos, eu sempre me propus a quebrar uma praxe que adotei nestes anos de vida pública, porque essas manifestações, nessas oportunidades especiais, servem de estímulo a homens que cumprem com suas obrigações, vão além do que de si em favor da causa pública.

É o caso do engenheiro Ivo Arzuza Pereira, a quem não poderia deixar de externar o meu júbilo pelo relevante serviço que vem de prestar à Telepar, órgão de que é presidente, com a colocação em funcionamento das Estações Telefônicas Urbanas de Curitiba, nos próximos dias. Motivo esse que leva a requerer à Mesa um voto de louvor a esse ilustre paranaense. (LE).

“Requerimento”

Requeiro à Mesa, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata de um voto de louvor ao engenheiro Ivo Arzuza Pereira, diretor presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná, pela entrada em funcionamento das Estações Telefônicas Urbanas de Curitiba, que se dará nos próximos dias, pelo da ampliação do sistema de comunicações da Capital é fundamental para execução do Plano de Telecomunicações do Estado.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 1970.

RESUMATIVA:

O Paraná todo constitui jubileio ao advento de uma época, quando as telecomunicações em nosso Estado deixam de ser distante promessa e passam a ser uma realidade palpável, sentida por todos. A entrada em funcionamento do novo sistema telefônico de Curitiba, anunciada para os próximos dias, permitindo milhares de novas ligações, significa um fator real e não uma doce esperança. Estamos em uma nova época, de poucas promessas e grandes realizações. Cumprindo o mesmo lema quando Prefeito de Curitiba (“Mais ação e menos conversa”), o sr. Ivo Arzuza Pereira, agora na direção da Telepar, comprovou mais uma vez a sua condição de trabalhador incansável de homem cujo passado é uma história de lutas a favor das mais caras causas sócio-econômicas de nossa terra. A Revolução foi lançada para desenvolver, nos mais elevados corpos federais, uma obra básica de estruturação da economia agrícola da Nação. Agora, a Revolução desenvolveu o Paraná para prosseguir trabalhando, cumprindo novas árduas missões, à altura de sua vocação de autêntica liderança e capacidade administrativa. Seu trabalho culmina ao colocar um fim aos adiamentos na entrega dos serviços públicos de comunicação e que tantos prejuízos vinham causando a todos os paranaenses.

Seu trabalho na Telepar, que data de poucos dias, culminará, como já disse, nas próximas setenta e duas horas, com a ligação do novo sistema de telefones, fato este que era aguardado ansiosamente pela população curitibana, porque o telefone em Curitiba, hoje, é um caso de polícia, uma vez que não se pode contar com a rede telefônica. Com a ligação da nova rede teremos um serviço, realmente, à altura das tradições de nossa população.

Como a Casa entrará em recesso em data de amanhã, com a promulgação da nova Constituição, e só voltaremos a nos unir em fins de março, encaminho à Mesa, para consideração do Plenário, um voto de louvor, celebrando mesmo nosso pensamento sobre a matéria, ao engenheiro Ivo Arzuza Pereira, porque S. Exa., nos poucos dias que está à frente da Telepar, tem trabalhado incansavelmente, 18, 20 horas diárias, no sentido de cumprir esta tarefa, qual seja a de fazer os “mudinhos” falarem. E os “mudinhos” falarão, dentro das próximas setenta e duas horas.

Este é um acontecimento que enche de júbilo não só Curitiba, como todo o Paraná, por ter à Frente da Campanha de Telecomunicações um homem como o engenheiro Ivo Arzuza Pereira. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao sr. deputado Roberto Wypych.

O SR. ROBERTO WYPYCH — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Assomamos, hoje, à tribuna desta Casa para postular a concordância deste Poder Legislativo, numa das mais altas reivindicações do povo paranaense. Nesta hora derradeira deste Período Extraordinário, neste instante em que a Assembleia Legislativa do Paraná oferece ao seu povo a sua nova Constituição; nesta hora em que a Carta Magna de nosso Estado será promulgada entendemos, sr. Presidente, srs. Deputados, necessário um lembrete sobre um dos assuntos da mais alta importância para o mundo jurídico paranaense.

Em 1968, sr. Presidente, vimos a esta tribuna para reivindicar, na oportunidade, uma vaga no Supremo Tribunal Federal. Lamentavelmente, sr. Presidente, srs. Deputados, nosso Estado não foi ainda afortunado pelo Poder Executivo Federal para aquela Casa de Justiça.

Em 1968, dissemos, entre outras coisas: “Sempre que nos voltamos para o interior no trajeto rodoviário Curitiba-Ponta Grossa, nos deparamos com um magnífico painel que nos exclama, que nos ufana e nos enche de vaidade: ‘Povo e Governo Unidos farão do Paraná o segundo Estado da Federação’”. É certo, sr. Presidente, srs. Deputados, que ao fazermos tal afirmativa reconhecíamos, praticamente, a hegemonia de São Paulo no Concerto da República Federativa; não há desdouro algum em reconhecer a excelência do Parque Industrial que São Paulo ostenta, além dos valores humanos e técnicos, que fazem de São Paulo um centro ímpar não só no Brasil, mas da própria América Latina. Todavia, sr. Presidente, srs. Deputados, na oportunidade, nos conformávamos em traçar um quadro comparativo entre os dois Estados da Federação, queríamos, na oportunidade, manifestar o nosso mais completo incontentamento quando o Poder Central fazia, como vem fazendo ainda hoje, uma distinção e consequente injustiça entre elementos humanos de todo o Brasil. Dizíamos ainda, que sempre entendemos que a democracia é o regime político consagrado das liberdades válidas, mas, também um regime onde deve imperar o princípio de nenhum privilégio a ninguém, seja sob que título for, sob pena de cometerem-se gravíssimas injustiças e, nesta Casa, sr. Presidente, srs. Deputados, temos integrado uma corrente política que dedica, como sempre dedicou, total apoio à atuação não só de Suas Excelências os Presidentes da República, os inclitos, de saudosa memória, marechal Humberto de Alencar Castelo Branco e marechal Arthur da Costa e Silva, como também ao nosso atual Presidente da República, sr. Emílio Garrastazu Médici; todavia, sr. Presidente, srs. Deputados, o apoio que temos dado a Suas Excelências, ao Comando Revolucionário, nas pessoas daqueles grandes homens públicos, não nos impede de manifestar o nosso incontentamento ante uma situação espantosa e que retrata uma clamorosa injustiça contra os grandes valores da cultura do povo paranaense, e todo o apoio que oferecemos hoje a Sua Excelência, o atual Presidente da República, sr. Emílio Garrastazu Médici, não nos proíbe de manifestarmos um sentimento de confiança de que há de reparar, no futuro, ao Paraná, as injustiças que vem sofrendo através dos tempos.

O Estado do Paraná tem dado ao Brasil, através de sua história exuberante, uma contribuição excepcional, quer no passado, quer no presente. No campo executivo, tivemos o exemplo de sua excelência o dr. Ivo Arzuza Pereira, há pouco mencionado pelo líder da ARENA nesta Casa, deputado Erondy Silveiro, que imprimiu ao Ministério da Agricultura uma real dinâmica, de tantos benefícios para as classes agrárias.

Ainda ontem o Departamento Nacional de Estatísticas Rodovias teve uma de suas fases áureas, quando era dirigido através do punho férreo do engenheiro Alcyr Guimarães; no campo Legislativo podemos apontar, em ambas as Casas do Congresso, os extraordinários valores que fazem surgir os verdadeiros sentimentos do povo paranaense, e que elevam bem alto o nome do nosso Estado, assim continuando a brilhante tradição dos grandes políticos paranaenses de outrora, como foi do emérito professor Bento Munhoz da Rocha Neto, que chegou a exercer o cargo de 1.º Secretário da Câmara Federal e, com o brilho de sua inteligência, honrou e projetou o Paraná muito além de suas fronteiras.

que chegou a exercer o cargo de 1.º Secretário da Câmara Federal e, com o brilho de sua inteligência, honrou e projetou o Paraná muito além de suas fronteiras.

Alcides Ney Braga, Adolfo de Oliveira Franco, Haroldo Leon Pires, por sinal de um ex-vice líder do Governo na Câmara Federal escolhido por votação de seus pares.

Alcides Antônio Filho, ora na Vice-Presidência da Câmara Federal e que, com as lutas de seu seio, soube dinamizar os postos por que passou; e outros tantos que tão bem têm sabido representar o povo de sua terra.

Entretanto, sr. Presidente, nós ficamos naquela época, uma pergunta e uma denúncia ao mesmo tempo: qual o paranaense que neste Século XX já teve a honra de integrar o Supremo Tribunal Federal? E, ante a resposta negativa é que manifestamos nossos incontentamentos, chamando a atenção para o fator imper. E preciso que se faça justiça.

Nos fins de 61, lembrávamos na oportunidade, que o nobre sr. deputado Antônio Anibelli clamava pela indicação do honrado nome do extinto Antônio Franco Ferreira da Costa, para o Tribunal Federal de Recursos, ou para o Supremo Tribunal Federal. No entanto, suas palavras não encontraram eco e, como tantas outras, caíram nas trevas do esquecimento. Os anos se passaram e os tempos vão se passando e o que vemos, sr. Presidente, é que os Ministros do Exceção Pretório, quando se aposentam, são substituídos por homens, de inequívoca cultura jurídica, é verdade, mas dos mesmos Estados dos que são substituídos ou aposentados.

O sr. Alencar Furtado — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre deputado Roberto Wypych, a ideia alimentada por V. Exa. em forma de sugestão desde 68, empolgou o Paraná inteiro, pois realmente temos sido injustificados quanto à nossa representação nos Tribunais Supremos do País.

Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Guanabara, São Paulo, Bahia, e a maioria dos Estados brasileiros, talvez, se encontra representados nos Tribunais Superiores da Nação, O Paraná, a despeito da Sua tradição jurídica, dos seus valores pessoais que são grandes, a despeito de ser assim, de certa forma, celeiro de valores jurídicos que nós podemos identificar a cada passo e pelas decisões proferidas, que já se incorporam à doutrina e jurisprudência do País, tem sido relegado até hoje.

Só não concordo com V. Exa. no critério sobre o Estado, porque, em verdade, não é para o Estado em si que se nomeiam ministros de Tribunais, mas pelos valores desses Estados ou deste Estado.

No que tange ao Estado, a forma que V. Exa. aventou de democracia, realmente, é válida por que somente posso entender democracia com as representações em todos os planos.

Nosso Estado, a despeito de ser um dos maiores e melhores em termos econômicos ou de desenvolvimento, do país, está sofrendo uma discriminação,

Quero dizer, neste instante, nobre Deputado, que estou a falar, autorizado pelo líder da minha bancada, deputado Eurico Batista Rossas, para emprestar a solidariedade integral do MDB desta Casa à campanha que V. Exa. vem travando, e que já galgou as culminâncias do empolgação paranaense.

Tenho V. Exa. a certeza de que nessa luta os nossos companheiros do MDB também se incorporam, porque o Paraná, prestigiado com a representação dos tribunais superiores, ficará melhor conceituado na nação inteira. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO WYPYCH — Meu caro deputado Alencar Furtado, o aparte com que V. Exa. acaba de nos honrar, na verdade, servirá de moldura ao quadro que pretendemos pintar, que não só o povo do Paraná, mas, principalmente, para o grande militar, o atual Presidente Médici.

Mas, como dizia, meu caro Presidente, meus caros Deputados, já em 1962, perguntávamos nós: quando, neste século, alguma vez o Paraná teve um filho seu integrando o Supremo Tribunal Federal? Nem sequer, sr. Presidente; srs. Deputados, tivemos ocasião quando do aumento de ministros integrantes do Supremo Tribunal Federal, por ato do honrado marechal Humberto Castelo Branco, de saudosa memória, nem sequer aí o Paraná foi lembrado.

O sr. Arthur de Souza — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ROBERTO WYPYCH — Com muito prazer, meu caro deputado Arthur de Souza.

O sr. Arthur de Souza — Nobre Deputado, esta Casa conta, nas diversas bancadas com inúmeros advogados, é a mais credenciada, como Poder Legislativo, como Parlamento, aquele que fela, aquele que levanta sua voz em defesa das causas justas, é a mais credenciada para reivindicar, para o Paraná, o que V. Exa. está fazendo da tribuna, com tanto brilhantismo, e com tanto oportunidade.

Nós acreditamos que, como diz um velho provérbio: quem não é visto não é lembrado". É por isso que nós temos sido preteridos, não porque desconheciamos, as autoridades, os valores jurídicos existentes no Paraná. Disse bem o nobre deputado Alencar Furtado, que os acordãos paranaenses raramente são preteridos. Raramente os acordãos do Paraná são reformados pelo Supremo, porque são frutos de estudos, de mentalidades jurídicas, que se destacam no cenário brasileiro. Então, se se reconhece o valor dos nossos homens, dos nossos juristas, esquece-se o Paraná, justamente porque as vozes não se têm levantado para reivindicar, para lembrar que devemos ter um nosso representante no Supremo Tribunal Federal.

De modo que, no momento que usa da tribuna e, mais uma vez, faz a reivindicação que já fez em outras ocasiões, estamos solidários com V. Exa. nessa luta, nessa campanha, porque temos a certeza que a Assembleia toda não só naquela parte em que é composta de Juristas, mas a totalidade da Casa, a totalidade de Deputados que têm assento nesta Casa de Leis, darão apoio integral a V. Exa.

Desejamos que os apelos de V. Exa. surtam os efeitos, os resultados que todos os paranaenses desejam, qual seja, tem um ministro paranaense na Suprema Corte.

O SR. ROBERTO WYPYCH — Muito obrigado, deputado Arthur de Souza. V. Exa. enriqueceu, com suas palavras, o modesto pronunciamento que proferimos, nesta Casa, neste dia.

Mas, como dizia, sr. Presidente, srs. Deputados, é preciso que se diga que o Supremo Tribunal Federal, através de tantos anos de existência, somente contou com um paranaense na sua composição. E assim mesmo no século passado, em 1.890: Ubaldino do Amaral, lapaano de nascimento, senador do Paraná e que também foi prefeito do Distrito Federal, no período de 1.897 e 1.898. Foi o único paranaense a participar do Supremo Tribunal Federal, nos idos de 1.894 e 1.896.

Já se passaram setenta e quatro anos. As novas gerações paranaenses oferecem ao Brasil uma contribuição excepcional, mereço dos valores que integram a vida da Nação nos mais variados setores de atividades.

Todavia, não conseguimos neste século obter para o Paraná, no Supremo Tribunal Federal, uma vaga, ou sórá que devamos, sr. Presidente, srs. Deputados, afrontar a cultura jurídica do Paraná. Perguntamos: Não temos homens capazes? Nós os temos, e de sobra.

Além dos nomes aureolados de capacidade de tantos juristas paranaenses, todos de reconhecido valor jurídico, de grande valor, de grande saber, autênticos valores da autêntica cultura jurídica de um povo, capaz de, no mínimo, ombrear com o brilho incontestável e com a qualidade de todos os atuais ocupantes ou integrantes do Supremo Tribunal Federal.

Não podemos, sr. Presidente e srs. Deputados, nos conformar com o critério de nomeação dos Ministros dos Supremos Tribunais onde um mineiro, repito, é substituído por um mineiro e o paulista também tem sido substituído por um paulista como se a escolha dos nomes para o Supremo fosse uma decorrência de mero entendimento político do sr. Presidente da República com os srs. Governadores de Estado.

O SR. ABRAHÃO MIGUEL — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Sou solidário em gênero, número e grau com tudo o que V. Exa. está dizendo.

O sr. Arthur de Souza — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Sr. Deputado Roberto Wypych, dissemos há pouco que dos três Poderes constituídos no Paraná, este era o que tinha mais credências para reivindicar. Mas fazemos uma explicação: Primeiro porque se o Poder Judiciário postular parecerá que está advogando em causa própria. A retificação que queremos fazer é que temos certeza de que a esta hora já um homem irá formar decididamente ao nosso lado, homem este que é o mandatário do Poder Executivo, S. Exa. o sr. governador Paulo Pimentel que, como advogado que é, cioso de sua profissão, estará, tenha certeza, neste momento, também tocado por este mesmo sentimento e almejando que o Paraná se faça representar.

Daí porque dizemos, neste instante, que a sua solidariedade não faltará à reivindicação que o Legislativo faz. Quero dizer, são dois Poderes a reivindicar — a Assembleia Legislativa e o Governo do Estado pelo seu Executivo.

O SR. ROBERTO WYPYCH — Muito bem, deputado Arthur de Souza. Também entendemos que mais se justifica a nossa pretensão quando examinamos a atual conjuntura sócio-econômica e sócio-política do Estado do Paraná que se projeta dia a dia em todos os campos. Esta projeção, entretanto, se verifica em especial no setor político administrativo mereço da conduta do governante extraordinário que é Paulo Pimentel, como bem acentuou V. Exa. Governante dotado das melhores virtudes de administrador probo e dinâmico, com qualidades notáveis, capaz, efetivamente, de realizar o lema "povo e Governo unidos farão do Estado do Paraná o segundo Estado da Federação".

Eis aí, sr. Presidente, srs. Deputados, uma grande lição. No entanto, a

consagração de Paulo Pimentel, nosso governante, como político a sua real e efetiva liderança entre a gente paranaense dar-se-á no momento histórico em que S. Exa. reivindicar da Presidência da República e conquistar para o Estado do Paraná um lugar no Supremo Tribunal Federal, como justo e merecido tributo de incontestável prior da cultura jurídica paranaense.

Sr. Presidente, meus caros srs. Deputados, por todas estas considerações, como uma homenagem ao valor da nossa cultura jurídica, no momento em que esta Casa de Leis está para pôr em vigência a sua nova Constituição, entendemos que deveríamos vir a esta tribuna reivindicar, em nome da Assembleia Legislativa do Paraná, a vaga ocorrida no Supremo Tribunal Federal com a aposentadoria do ministro Teófilo Cavalcanti, ocorrida já em outubro do ano de 1.969.

Por estas considerações é que comamos a liberdade de encaminhar à Mesa, o seguinte requerimento: (Lê):

"O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas e de acordo com o Regimento Interno, Requer à Mesa, após ouvido o Plenário, se digne:

a) — Oficial a S. Exa. o Senhor Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici, reivindicando para o Estado do Paraná, a vaga ocorrida no Supremo Tribunal Federal com a aposentadoria do Ministro Teófilo Cavalcanti, em outubro de 1.969, na certeza de que o primeiro mandatário da Nação fará justiça à gente do Paraná, aos seus reais valores e a reconhecida cultura jurídica de tantos de seus filhos;

b) — E que, em anexo a tal ofício, encaminhar a S. Exa. o Senhor Presidente da República, uma cópia do discurso proferido por este Deputado, nesta data, a respeito do assunto; e,

c) — Dar ciência do assunto em questão, debatido nesta Casa, a S. Exa. o Senhor Governador do Estado, Dr. Paulo Pimentel, a S. Exa. o Senhor Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, Des. Alceste Ribas de Macedo, a S. Exa. o Senhor Corregedor Geral da Justiça, Des. Joaquim de Oliveira Sobrinho, ao Senhor Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, Dr. Ruy Ferraz de Carvalho, a S. Exa. o Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Oswaldo Trigueiro de Albuquerque, a S. Exa. o Senhor Presidente do Tribunal de Recursos, Ministro Amâncio Haroldo Benjamin da Silva, e a todos os Senadores e Deputados Federais, representantes do Paraná no Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 1.970.

Era o que eu tinha a dizer, muito agradecido. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao sr. deputado Antônio Lopes Júnior.

O SR. ANTONIO LOPES JÚNIOR — Sr. Presidente, srs. Deputados. Na qualidade de Relator da Comissão de Adaptação da Constituição, cabe-me neste instante, encaminhar à Mesa, para apreciação do Plenário, das últimas deliberações da Comissão e, nesse sentido, vamos apresentar um requerimento assinado pelo Presidente e pelo Relator, nos seguintes termos: (Lê):

"Os Deputados abaixo assinados, ouvido o Plenário, requerem, se digne V. Exa. de receber os inculcos subsídios para o aprimoramento da redação da Constituição, todos eles necessários e até mesmo imprescindíveis ao sistema técnico do projeto, vez que corrige redação defeituosa e diferente do que decidiu a Comissão. Votada uma vez a alteração e redação, pede-se a inclusão no autógrafo".

Essas Emendas de redação, referem-se, uma delas, ao capítulo destinado à Educação, e para que o Paraná possa entrar na Reforma do Ensino que se prepara em todo o território nacional, para que não fiquemos de modo diferente, expresso na Constituição, há necessariamente que se mudar, ali, todas as expressões "primário e secundário" para "fundamental".

Nos queremos, apenas, neste Capítulo, retirar as palavras primário e secundário para acrescentar "fundamental de adolescentes e adultos" e "secundário para fundamental e colegial".

Ainda a expressão grau primário e médio por "grau fundamental e colegial".

Ainda a expressão fundamental do 1.º ciclo, suprimindo-se a expressão "ao primário".

No art. 40, parágrafo 4.º queremos apenas incluir a palavra "garantias" para os Auditores do Tribunal de Contas, porquanto houve ali um pequeno desvio de redação, cujo objetivo nem poderia ser outro — era o de manter as garantias com os mesmos impedimentos dos Conselheiros, uma vez que os Auditores também são Conselheiros Substitutos, mas mantendo as mesmas proibições para os Procuradores.

Ainda no art. 40 parágrafo 4.º mudar a palavra Governo para "governador", este foi um pequeno lapso de redação.

E finalmente no preâmbulo da Constituição havia sido inserido um artigo inicial que se chamou de art. 1.º o preâmbulo e depois um art. 2.º no final da Constituição.

A Comissão resolveu, entendeu que a redação certa no preâmbulo seria, em lugar daquele art. 1.º, um artigo único com esta redação:

"A Constituição do Estado do Paraná de 8 de maio de 1967 passa a vigorar com a redação dada por esta emenda, a qual, promulgada pela Mesa da Assembleia Legislativa, entrará em vigor na data de sua publicação".

Aquele artigo 2.º, no final, seria suprimido.

A emenda é neste sentido: 2.º — em consequência suprimam-se os artigos 1.º e 2.º da emenda. O art. 1.º inicial e o art. 2.º final.

Estas as alterações que a Comissão propõe à douta, Assembleia Legislativa neste Plenário, esperando que sejam aprovadas integralmente para correção de redação do autógrafo que está em elaboração. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à ORDEM DO DIA.

com a presença de 34 srs. Deputados. Sobre a mesa Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Paulo Poli, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme boletim avulsos já distribuído aos srs. Deputados.

Redação Final — do Projeto de Lei n. 386-68, que autoriza o Poder Executivo doar uma Ambulância pertencente à Secretaria de Saúde Pública, à Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Funcionários Públicos de Maringá — "CAPEMA". — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 386-68

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, através da Secre-



Ata de Estado dos Negócios da Saúde Pública, à Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Funcionários Públicos de Maringá — "CAPSEMA" — uma avaliação de seu patrimônio.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 5 de fevereiro de 1970.

(aa) Ivo Tomazoni — Presidente  
Agnaldo Pereira Lima — Relator  
Roberto Galvani e Olivir Gabardo

3. Discussão — do Projeto de Lei n. 117-69, de autoria do dep. Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo, transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga a sede do Município de Rolândia ao Distrito de Pitangueira no mesmo Município. — Pareceres favoráveis com Substitutivo da C.C.J., C.O.P.C. e C.F. — Aprovado.

2. Discussão — do Projeto de Lei n. 116-69, de autoria do dep. Haroldo Bianchi, autorizando o Poder Executivo firmar através de D.E.R., convênio com as Prefeituras Municipais de Jacarézinho e Cambará, para execução dos serviços de pavimentação asfáltica de estrada que liga as duas cidades. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.O.P.C. e C.F. — Aprovado artigo por artigo.

1. Discussão — do Projeto de Lei n. 31-69, de autoria do dep. Paulo Poli, que transfere ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria as estradas que ligam Marechal Cândido Rondon ao Rio Iguaçu, passando por Mercedes, e a outra, Arroio Guacu, passando por Nova Três Passos. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.O.P.C. e S.F. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N. 31-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica transferido para o D.E.R., para efeito de conservação, a estrada Municipal que liga Marechal Cândido Rondon até o Rio Iguaçu, passando por Vila Mercedes, num total de 30 km.

Art. 2.º — Fica transferido também, para o D.E.R., para efeito de conservação, a Estrada Municipal que liga Marechal Cândido Rondon, até o Arroio Guacu, passando por Nova Três Passos, num total de 15 km.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1969.

(a) Paulo Poli

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n. 31-69

1. O presente plano de lei, de autoria do nobre deputado Paulo Poli, tem por objetivo transferir para o D.E.R., para efeito de conservação, as estradas municipais que ligam Marechal Cândido Rondon ao Rio Iguaçu e ao Arroio Guacu, passando a primeira por Mercedes e a segunda por Nova Três Passos.

2. Na justificativa, alega o seu autor que é de capital importância a esta-dualização dessas estradas, a fim de oferecer melhores condições de tráfego aos seus usuários.

3. O presente projeto encontra inteiro apoio legal e é perfeitamente constitucional.

4. Assim, s.m.j., opinamos favoravelmente à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 15 de junho de 1969

(aa) Emílio Carrazzi — Presidente  
Luiz Cruz — Relator

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Parecer ao Projeto de Lei n. 31-69

1. — Projeto de lei autorizatório, de autoria do nobre deputado Paulo Poli, no sentido de que seja transferido para o D.E.R., para efeito de conservação, as estradas municipais que ligam Marechal Rondon, ao Rio Iguaçu e ao Arroio Guacu, passando a primeira por Mercedes e a segunda por Nova Três Passos.

2. — Nada há de ilegal nem de inconstitucional.

3. — Nestas condições, opinamos favoravelmente ao projeto.

Sala das Comissões, em ...

(aa) Arthur de Souza — Presidente  
Haroldo Bianchi — Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n. 31-69

Conforme a justificativa que acompanha o presente projeto de lei, a estadualização das referidas estradas é de vital importância para o desenvolvimento do município de Cândido Rondon. Cremos portanto ser de interesse do Estado transformar aquelas estradas em verdadeiras rodovias, a fim de facilitar o escoamento das grandes safras produzidas naquela próspera região.

Por outro prisma entendemos que o plano de lei em estudo, não vem gerar despesas, pois existe dotação própria no Orçamento Geral do Estado, para atendimento de casos dessa espécie.

Do ponto de vista financeiro, matéria de nossa competência para opinar, não há óbice, pelas razões enunciadas.

Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 29 de janeiro de 1970

(aa) Leopoldo Jacomé — Presidente  
Roberto Galvani — Relator

Discussão Única — da Proposição n. 116-69, de autoria do dep. Ovidio Franzoni e outros, Proposta de Emendas à Constituição do Estado, revogando os §§ 7.º e 8.º do Art. 42, e nova Redação aos §§ 3.º e II do mesmo Artigo 42. — Parecer da C.C.J. pela Rejeição. — Em votação o Parecer. — Aprovado.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO N. 116-69

##### PARECER

1. — A presente proposição contém propostas de emendas à Constituição Estadual, visando revogar os §§ 7.º e 8.º do Art. 42, e dando nova redação aos §§ 3.º e II do mesmo Art. 42.

2. — Acontece que, tendo entrado recentemente em vigor a nova Constituição Federal, está para ser constituída uma comissão para elaborar a adaptação da Constituição Estadual à Carta Magna da União. Assim, a matéria ora em exame perdeu sua oportunidade.

3. — Nestas condições, s.m.j., opinamos pela rejeição da presente proposição.

Sala das Comissões, em 19 de novembro de 1969

(aa) Emílio Carrazzi — Presidente  
Abraão Miguel — Relator  
Haroldo Bianchi, Sílvia Barros e Ivo Tomazoni

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria dos srs. Deputados Abraão Miguel e Antônio Lopes Júnior, para que a Mesa receba os inclusos subsídios para aprimoramento da redação da nova Constituição. (Lê):

#### "Requerimento

Sr. Presidente:

Os deputados abaixo assinados, ouvido o plenário, requerem, se digno V. Exa. de receber os inclusos subsídios para o aprimoramento da redação da Constituição, todos eles necessários e até mesmo imprescindíveis ao sistema técnico do projeto, vez que corrige redação defeituosa e diferente do que decidiu a Comissão. Votada uma vez a alteração de redação, pede-se a inclusão no autógrafo.

Sala das Sessões, em 27 de fevereiro de 1970

(a) Abraão Miguel — Presidente  
Antônio Lopes Júnior — Relator

Emenda de redação da Comissão ao projeto de Adaptação da Constituição

1. — Suprimam-se as palavras Primários e Secundários no item IX do art. 134.

2. — no item III do art. 134 mude-se a redação para: difusão do ensino fundamental a adolescentes e adultos, de modo a garantir intensiva alfabetização.

3. — o art. 135: mude-se a palavra secundário para fundamental, e co-legal.

4. — no art. 137 substitua a expressão de "grau primário e médio", por "grau fundamental" e "colegial".

5. — No art. 138: Mude-se a palavra primário por "fundamental de 1.º ciclo. Depois da palavra ulterior, suprima-se a expressão "ao primário".

6. — Acrescentar ao final do art. 131, a expressão "e educação ao excepcional".

7. — No art. 112, § único, mude-se "professores primários rurais" para "professores de primeiro ciclo fundamental rural".

8. — No art. 114, item VI, em vez de "primário", leia-se "fundamental".

9. — No parágrafo 1.º do artigo 149 substitua-se "primário" por "do ensino fundamental do 1.º ciclo".

10. — No art. 40, § 4.º, inclua-se "garantias" para os auditores.

Sala das Comissões, em 24 de fevereiro de 1970

(aa) Antônio Lopes Júnior, Luiz Malucelli, Olivir Gabardo, Túlio Vargas e Alencar Furtado

#### SUB-EMENDA A PROPOSTA CONSTITUCIONAL

No parágrafo 4.º do artigo 40, substitua-se a palavra "Governo" por "Governador".

Sala das Sessões, em 26 de fevereiro de 1970.

(a) Antônio Lopes Júnior

#### EMENDA DE REDAÇÃO

1) — Art. Único: A Constituição do Estado do Paraná, de 8 de maio de 1967, passa a vigorar, com a redação dada por esta emenda, a qual, promulgada pela Mesa da Assembleia Legislativa entrará em vigor na data de sua publicação.

2) — Em consequência suprima-se os artigos 1 e 2 de emenda, o primeiro, o inicial e o segundo o final.

Sala das Sessões, em 27 de fevereiro de 1970

(a) Antônio Lopes Júnior

O SR. PRESIDENTE — Diante dos fatos expostos e constantes do requerimento dos srs. deputados Abraão Miguel e Antônio Lopes Júnior, esta Presidência esclarece que não tem competência para decidir sobre tal matéria, já lotada, no entanto, cabe à Presidência zelar pela adequada e correta redação do texto constitucional, expungindo omissões e incorreções que possam desvirtuar o sentido e o propósito do Legislador.

Levo pois o problema, à apreciação do Plenário; aprovado que seja, não há como fugir à sua soberana decisão; assim, o texto, já correto, integrará-se ao Corpo da Emenda Constitucional.

Daí porque, a Presidência submeterá o requerimento dos srs. deputados Abraão Miguel e Antônio Lopes Júnior, à apreciação do plenário; em votação. Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Requerimento de autoria do sr. deputado Ivo Tomazoni, lido da tribuna, solicitando um voto de regozijo pela elevação a Bispo de Palmas do Padre Capuchinho Agostinho de Capinzal. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Roberto Wypych, lido da tribuna, solicitando o envio de ofício ao sr. Presidente da República. — Aprovado.

Requerimento de autoria dos srs. deputado Alencar Furtado, Olivir Gabardo e Eurico Rosas, constante do Expediente, solicitando um voto de pesar pelo falecimento do dr. Renato Bueno Neto. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Luiz Malucelli, constante do Expediente, solicitando um voto de louvor ao dr. Daniel Portela, médico da unidade sanitária de Guaratuba. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando um voto de aplauso à Convenção Batista Paranaense, pelo transcurso do Jubileu de Ouro. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando um voto de regozijo pela recente nomeação para o egrégio Tribunal de Justiça, do desembargador Ismael Dornelles de Freitas. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando a inclusão de um jornalista credenciado junto a esta Assembleia, para integrar a Comissão que irá representar esta Casa no 3.º Congresso Nacional do Café. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, lido da tribuna, solicitando um voto de louvor ao engenheiro Ivo Arzuza Pereira. — Aprovado.

A Presidência lembra aos srs. Deputados que será realizada às 17 horas de amanhã, Sessão Especial, quando será promulgada a nova Emenda Constitucional e encarece no sentido de que todos os srs. Deputados compareçam a esta Assembleia para maior brilhantismo da mesma.

O SR. OLIVIR GABARDO — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o sr. Deputado, em explicação pessoal.

O SR. OLIVIER GABARDO — Sr. Presidente, srs. Deputados. Como é de conhecimento desta Casa, no final do ano passado foi aprovado um requerimento de nossa autoria, solicitando a constituição de uma Comissão para tratar do assunto da batata cujo problema vem se arrastando há longos anos, com reais prejuízos para o Estado do Paraná.

Tem ocorrido que exatamente na época da colheita deparamos com injunções que vêm prejudicar e fazer com que o preço da batata no Estado caia abruptamente, com reais prejuízos não apenas para os agricultores, mas principalmente para o Estado do Paraná.

Tendo em vista que são problemas que se repetem ciclicamente de ano para ano, julgamos conveniente que esta Casa atuasse no sentido de pôr termo a esta situação difícil que atravessa a cultura paranaense no setor da batata-cultura.

Solicito que o requerimento apresentado há poucos dias à Secretaria da Casa V. Exa. considere sem efeito esse nosso requerimento, porque se tiver que realizar qualquer trabalho essa Comissão irá, certamente, procurar outros caminhos para que o Paraná e a Agricultura não se vejam mais a braços com esses problemas que vêm ocorrendo sempre na época da safra.

Eram esses as considerações que gostaríamos de fazer. — (Sem revisão do orador).

O SR. JOAO MANSUR — (Pela ordem). Sr. Presidente, srs. Deputados. Nós tomamos conhecimento, há poucos instantes, da dificuldade da tramitação de um requerimento que fora aprovado por esta Casa, indicando uma Comissão que deveria ir a Brasília tratar com as autoridades responsáveis, sobre o problema da importação da batata.

E, agora através da manifestação do deputado Olivier Gabardo, um dos integrantes dessa Comissão, desistindo daquela indicação, eu quero manifestar, aqui de público, que estamos apenas aguardando estudos que estão sendo feitos pela Secretaria da Agricultura, do Estado do Paraná.

Eu também, a exemplo do deputado Olivier Gabardo, abro mão da delegação honrosa da Assembleia Legislativa, mas afirmo que a viagem sairá no mês de março, às nossas expensas, porque pretendemos defender a agricultura e o próprio Estado do Paraná.

E assim, no mês de março, quando esta Casa estiver em recesso, e quando os srs. Deputados estão mais folgados e poderão se ausentar desta Capital.

De modo que quero renovar meu apelo aos deputados Olivier Gabardo e Antônio Lopes Júnior e ao jornalista José Joaquim, que integram essa Comissão, que no mês de março, a viagem será feita e estaremos junto às autoridades responsáveis, tratando desse assunto.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência não poderia deixar de dar explicações ao Plenário depois das palavras proferidas pelos deputados Olivier Gabardo e João Mansur.

Duas surpresas estão ocorrendo: a primeira é que está havendo dificuldades por parte da Casa, no sentido de que a Comissão realize o trabalho; e a outra de que os srs. Deputados estariam dispostos a realizar os estudos objeto daquela Comissão, por conta própria.

Na verdade, quando o requerimento pedindo a formação daquela Comissão chegou ao Plenário recebeu o tratamento comum a todos os requerimentos. Foi submetido à apreciação do Plenário, foi aprovado. De lá para cá, não houve um só pedido à Presidência, ou à Mesa, no sentido de dar andamento a esse trabalho.

A Presidência não recebeu qualquer solicitação escrita, no sentido de que fossem fornecidos meios para estudos, passagens, etc. Daí porque a nossa surpresa. Mas com o sentido de esclarecer definitivamente o problema, a Presidência deixa claro que toda vez que foi solicitada a formação, a constituição de Comissão, os elementos, os meios de atendimento, para que se realizassem os trabalhos, foram fornecidos pela Mesa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, convocando outra para amanhã, sábado, dia 28, às 17,00 horas.

Levanta-se a sessão.

#### PORTARIAS:

##### PORTARIA N. 134-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 835-70, de 23 de fevereiro de 1.970, **RESOLVE**:

conceder a Hilário Fregoneze, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1.970, a partir de 9 de março de 1.970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de fevereiro de 1.970

a) FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral

##### PORTARIA N. 135-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 835-70, de 23 de fevereiro de 1.970, **RESOLVE**:

conceder a Alceu da Silva Oliveira, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1.970, a partir de 28 de fevereiro de 1.970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de fevereiro de 1.970

a) FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral

##### PORTARIA N. 136-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 802-70, de 19 de fevereiro de 1.970, **RESOLVE**:

conceder a Durval Estevão de Almeida, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, sessenta (60) dias de licença para tratamento, em prorrogação, a partir de 18 de fevereiro de 1.970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de fevereiro de 1.970

a) FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral

##### PORTARIA N. 137-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 732-70, de 17 de fevereiro de 1.970, **RESOLVE**:

revogar a Portaria n. 3-70, de 6 de janeiro de 1.970, na parte que se refere

Ricardo Sabaia Khury, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de fevereiro de 1.970

a) FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral

##### PORTARIA N. 138-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 903-70, de 19 de fevereiro de 1.970, **RESOLVE**:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n. 3-70, de 6 de janeiro de 1.970, a Léléo Guimarães Setto Maior, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de fevereiro de 1.970

a) FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral

##### PORTARIA N. 139-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 471-70, de 2 de fevereiro de 1.970, **RESOLVE**:

revogar a Portaria n. 465-68, de 23 de dezembro de 1.968, na parte que se refere a Antônio Silva, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de fevereiro de 1.970

a) FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral

##### PORTARIA N. 140-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 716, de 16 de fevereiro de 1.970, **RESOLVE**:

colocar o funcionário José Tarquinio Isfer a disposição do Gabinete da ARENA, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Fabiano Braga Cortes.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de fevereiro de 1.970

a) FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral

##### PORTARIA N. 141-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 832, de 23 de fevereiro de 1.970, **RESOLVE**:

conceder a Leighton Lobo Franco, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1.970, a partir de 23 de fevereiro de 1.970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de fevereiro de 1.970

a) FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral

#### ATAS DAS COMISSÕES:

##### COMISSÃO ESPECIAL DE ADAPTAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ

##### 6a. LEGISLATURA — 3a. SESSÃO LEGISLATIVA

##### ATA

Aos três dias do mês de fevereiro de hum mil, novecentos e sessenta, na

sala das Comissões, reuniu-se a Comissão Especial de Adaptação da Constituição do Estado do Paraná, contando com a presença dos Senhores Deputados

Abrahão Miguel, Luiz Renato Malucelli, Olivier Gabardo, José Alencar

Furtado e Antônio Lopes Júnior. Presidiu os trabalhos o Senhor Deputado

Abrahão Miguel que designou o Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior, Relator do Processo Geral de Adaptação da Carta do Estado, o que foi apro-

vado pelos demais membros da Comissão. Em seguida, pediu a palavra o

Senhor Deputado Olivier Gabardo sugerindo que o Relatório apresentado pe-

los membros da Comissão, fosse pela mesma apreciado. Em aparte, o Sen-

hor Deputado Armando Queiroz diz ser favorável à sugestão do Senhor

Deputado Olivier Gabardo. Pede a palavra o Senhor Deputado José Alencar

Furtado, apresentando as seguintes sugestões: Terá que ser estudado todos

os itens da Constituição, confrontando-os com a Legislação Estadual. Fe-

deral e Proposta oriunda do Governo. Em seguida, sugeriu que sempre que

se fizer referência à Constituição do Brasil seja substituída por Constituição

Aprovada. Ainda com a palavra o Senhor Deputado sugere modifica-

ções nos Artigos 1.º e seus parágrafos, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º. Aprovada.

Em virtude do adiamento da hora, o Senhor Presidente deu por suspensa

a sessão, marcando outra para amanhã às 9 horas. O Senhor Presidente

declara reaberto os trabalhos. Presentes os Senhores Deputados Abrahão Mi-

guel, Luiz Renato Malucelli, Antônio Lopes Júnior, Olivier Gabardo, Túlio

Vargas e José Alencar Furtado. Com a palavra o Senhor Deputado Olivier

Gabardo, Relator do Controle sobre o Poder Legislativo, que apresenta as

seguintes sugestões: Dando nova redação ao Art. 8 e suprimindo seu pará-

grafo único. Altera o Art. 10 e seus parágrafos. Altera o Art. 11 e supri-

me o parágrafo 2.º. Altera o Art. 12 e seus parágrafos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º e supri-

me o parágrafo 4.º. Permanece a redação do Art. 13 da Proposta do Poder Exe-

cutivo, excluída a palavra "Iguais" e as expressões "observando o disposto

na primeira parte do item VI do Art. 13, da Constituição Federal". Dá nova

redação ao Art. 15 e seus parágrafos. Dá nova redação ao Art. 16 e seus

parágrafos. Dá nova redação ao Art. 17 e seus parágrafos, com alterações

da Comissão. Para os Artigos 21 e 22 é adotada a redação dos Artigos 20 e

21 da Proposta do Poder Executivo, respectivamente. Dá nova redação ao

Art. 23, itens e alíneas. O Senhor Presidente suspendeu os trabalhos até

às 14,30 horas. O Senhor Presidente declara reaberto os trabalhos. Presen-

tes os Deputados Abrahão Miguel, Luiz Renato Malucelli, Olivier Gabardo,

José Alencar Furtado e Túlio Vargas. Pede a palavra o Deputado Olivier

Gabardo que dá continuidade às sugestões. Dá nova redação ao Art. 24,

seus incisos, destacando a aprovação do inciso IX, na parte que se re-

ferencia aos Conselheiros do Tribunal de Contas. Altera o Art. 25 e seus in-

cisos e inclui mais um Artigo. Mantém a redação do Art. 25 da Proposta do

Governo, incluindo no parágrafo (dois terços). O Senhor Presidente sus-

pendeu os trabalhos por alguns minutos para ouvir as exposições do De-

gador. O Senhor Presidente suspendeu os trabalhos até às 8,30 horas de

amanhã. O Senhor Presidente declara reaberto os trabalhos. Presentes os

Senhores Deputados Abrahão Miguel, Luiz Renato Malucelli, Olivier Ga-

barardo, José Alencar Furtado, Túlio Vargas e Antônio Lopes Júnior. Com a

palavra o Senhor Deputado Olivier Gabardo, que sugere manter a redação da

Proposta do Governo com alteração da Comissão, adicionando onde couber

o § 3.º do Art. 31 da Constituição Federal. Sem a alteração do Art. 28 da

atual Constituição do Estado. Dá nova redação aos parágrafos 1.º e 2.º Art.



2. e inclui no parágrafo 4.º o seguinte: "O 1.º Vice Presidente". Substitui o item XIII pelo item XII, e dá nova redação ao parágrafo 3.º do Art. 31. O Senhor Presidente suspende os trabalhos até às 15 horas. O Senhor Presidente declara reaberto os trabalhos da Comissão. Presentes os Deputados Abrahão Miguel, Luiz Renato Malucelli, Olívio Gabardo, José Alencar Furtado e Antônio Lopes Júnior. Pede a palavra o Deputado Olívio Gabardo, que sugere alterações nos Artigos da Seção V, referente ao Orçamento. Altera a redação dos itens II, III e IV do Art. 33. Altera a redação do Art. 34 e seus parágrafos. Dá nova redação ao Art. 35 e suprime seus parágrafos. Mantém a redação do Art. 36 da Proposta do Poder Executivo e inclui mais um parágrafo. Mantém a redação do Art. 36 da Proposta do Poder Executivo. Dá nova redação ao parágrafo único do Art. 34. Suprime o parágrafo 3.º do Art. 40, a expressão: "Que considerar". Em aparte, o Senhor Deputado José Alencar Furtado sugere que seja acrescentado no Art. 34 as expressões: "Assistência Hospitalar Gratuita". Após discutida a sugestão, foi aprovada por unanimidade. O Senhor Presidente suspende os trabalhos até às 20 horas. O Senhor Presidente reabre os trabalhos. Presentes os Deputados Abrahão Miguel, Luiz Renato Malucelli, Olívio Gabardo, Tílio Vargas, José Alencar Furtado e Antônio Lopes Júnior. Pede a palavra o Deputado Olívio Gabardo que sugere seja suprimido no Art. 40, parágrafo 3.º, a expressão "Que considerar". Aprovada. Modifica o Art. 42 e seus parágrafos 1.º e 2.º. Aprovada. Pede a palavra o Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior que sugere a inclusão do parágrafo 2.º da Proposta do Governo. Em votação. Votaram a favor os Deputados Antônio Lopes Júnior e Luiz Renato Malucelli. Votaram contra os Deputados José Alencar Furtado e Olívio Gabardo. Verificando-se o empate o Senhor Presidente votou favorável à Proposta do Deputado Antônio Lopes Júnior. O Senhor Deputado José Alencar Furtado pede a palavra e justifica o seu voto, sugerindo que seja adotada a mesma medida aos outros Poderes o que foi aceita pela Comissão. Posto em votação o parágrafo 3.º da sugestão do Deputado Olívio Gabardo. Pede a palavra o Deputado Antônio Lopes Júnior que solicita o adiamento da votação do referido parágrafo. Aprovado. Passou-se em seguida a votação dos parágrafos 6.º, 7.º, 8.º e 9.º e seus incisos. Aprovados. Votados os parágrafos 10.º e 11.º do mesmo Artigo. Aprovados. Pede a palavra o Deputado Antônio Lopes Júnior, Relator do Capítulo sobre o Poder Executivo que sugere seja mantida a redação do Art. 44 da Constituição, suprimindo do parágrafo 3.º as expressões: "Simultaneamente com os Deputados". Mantém o Art. 45 da Constituição, suprimindo a data "15 de março". Foram mantidos os Artigos 46, 47 e 48. No Art. 49, acresce ao inciso V, a expressão "e excluir" e modifica o inciso XI. O Art. 50 passa a ter a seguinte redação: São crimes de responsabilidade do Governador os definidos na Legislação Federal. Mantém o Art. 51 e seus itens. Dá nova redação ao parágrafo 1.º do Art. 52. Mantém os Artigos 53, 54, 55, 56 e 57. Modifica o item III do Art. 58 e mantém os demais itens. Mantém o Art. 59. Altera a redação do parágrafo 3.º do Art. 60. Dá nova redação ao Art. 62 e acresce mais um parágrafo. Modifica o Art. 63 substituindo a palavra Ministro, por Conselheiro. Mantém os Artigos 64, 65, 66, 67, 68, 69 e 70. Suprime o parágrafo 2.º do Art. 71. Mantém a redação do Art. 72, suprimindo as expressões "nem poderão ser inferiores a 50%". Acresce no Art. 73, as expressões "na forma da lei". Mantém os Artigos 74 e 75. Dá nova redação ao Art. 76. Mantém o Art. 77 e seu parágrafo único. Mantém os Artigos 78, 79 e 80. Dá nova redação ao Art. 71 e seu parágrafo. Mantém os Artigos 82 e 83, da Proposta do Poder Executivo. O Senhor Presidente suspende os trabalhos, marcando reunião para amanhã às 9 horas. O Senhor Presidente reabre os trabalhos. Presentes os Senhores Deputados Abrahão Miguel, Luiz Renato Malucelli, Tílio Vargas e José Alencar Furtado. Com a palavra o Deputado José Alencar Furtado que apresenta sugestões ao Capítulo sobre o Poder Judiciário, em sua Seção V — Do Ministério Público. No Art. 53, da sugestão do Deputado José Alencar Furtado, ficou deliberado pela Comissão a exclusão do parágrafo V. O Deputado José Alencar Furtado votou pela permanência do parágrafo, tendo votado contrário, a Comissão. Dá nova redação ao Art. 88. Altera a redação do Art. 89 — caput — com exclusão do parágrafo. Por sugestão do Deputado José Alencar Furtado, o município de Curitiba terá que elaborar a sua Lei Orgânica dos Municípios. Em votação. Aprovada. Pede a palavra o Deputado Tílio Vargas, Relator do Capítulo VI — Dos Municípios — sugerindo seja mantida a redação do Art. 100. No parágrafo 1.º do Art. 101, incluíram-se as expressões "na mesma data". E mantido o Art. 105 com modificações no item 2.º. E mantido o Art. 107, com alterações nos itens IV e seus incisos I, II, III e IV. E mantido a redação do Art. 108 até o Art. 118 da Proposta do Executivo. E mantida a redação do Art. 119 até o Art. 141 da Constituição, com exceção do Art. 129 que é suprimido. O Senhor Presidente suspende os trabalhos marcando reunião para amanhã. O Senhor Presidente declara reaberto os trabalhos. Presentes os Deputados Abrahão Miguel, Luiz Renato Malucelli, Antônio Lopes Júnior, Olívio Gabardo e José Alencar Furtado, que pede a palavra. Sugere seja mantido os itens do Art. 84, incluindo Tribunal. Dá nova redação aos itens VII VIII e IX. Foi excluído o Art. 89 da Constituição Estadual. Pede a palavra o Deputado Luiz Renato Malucelli, Relator do Capítulo V. — Disposições Gerais e Transitórias. Mantém o Art. 142 e extingue os parágrafos 1.º 2.º, 3.º e 4.º; extingue os parágrafos 1.º e 2.º do Art. 143, mantendo os parágrafos 3.º e 4.º. Extingue o Art. 144. Mantém o Art. 145. No Art. 146 é extinguido o parágrafo 1.º. Mantém o Art. 147. Extingue os Artigos 148, 149 e 150. Mantém os Artigos 151, 152 e 153. Dá nova redação ao Art. 154 e extingue o Art. 155, 156 e acrescenta mais os Artigos 186, 187, 188 e 189 da Constituição Federal. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente sessão, da qual para constar lavrei Ata, que depois de lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim para que produza os efeitos legais.

aa) ABRAHÃO MIGUEL — Presidente

CARMEN A. FREGONEZE — Secretária

Nos vinte dias do mês de fevereiro de hum mil, novecentos e setenta, realizou das Comissões, reuniu-se a Comissão Especial de Adaptação da Constituição do Estado do Paraná. Presentes os Senhores Deputados Abrahão Miguel, Luiz Renato Malucelli, Olívio Gabardo, Antônio Lopes Júnior e José Alencar Furtado. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos às 20 horas. Pede a palavra o Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior, Relator Geral do Processo de Adaptação da Carta do Estado que Relata as Emendas apresentadas no Plenário. Substitui o § 3.º do Art. 22 da Emenda n.º 42. Aprovada por unanimidade. Em votação a Emenda n.º 42; Rejeitada. Em votação a Emenda n.º 41; Rejeitada. Em votação a Emenda n.º 40; Rejeitada. Em votação a Emenda n.º 39; Aprovada. Em votação a Emenda n.º 38; Aprovada. Em votação a Emenda n.º 37; Rejeitada. Em votação a Emenda n.º 36; Aprovada. Em votação a Emenda n.º 35; Suprime o § 2.º do Art. 150; Aprovada. Em votação a Emenda n.º 34; Suprime o § 6.º do Art. 150; Aprovada. Em votação a Emenda n.º 33; Apro-

vada. Em votação a Emenda n.º 32; Aprovada. Em votação a Emenda n.º 31; Rejeitada por maioria. Em votação a Emenda n.º 30; Aprovada. Em votação a Emenda n.º 29; Aprovada. Em votação a Emenda n.º 28; Aprovada. Em votação a Emenda n.º 27; Aprovada. Em votação a Emenda n.º 26; Rejeitada. Em votação a Emenda n.º 25; Rejeitada. Em votação a Emenda n.º 24; Rejeitada. Em votação a Emenda n.º 23; Aprovada. Em votação a Emenda n.º 22; Rejeitada. Em votação a Emenda n.º 21; Aprovada. Em votação a Emenda n.º 20; Prejudicada. Em votação a Emenda n.º 19; Aprovada. Vota contra a aprovação da Emenda o Deputado José Alencar Furtado. Em votação a Emenda n.º 18; Rejeitada. Em votação a Emenda n.º 17; Rejeitada. Por sugestão do Senhor Presidente, a Comissão irá fixar um estudo sobre a Emenda n.º 16. Em votação a Emenda n.º 15; Rejeitada. Em Emenda n.º 16. Em votação a Emenda n.º 16; Rejeitada. Em votação a Emenda n.º 14; Rejeitada. Em votação a Emenda n.º 13; Rejeitada. Em votação a Emenda n.º 12; Aprovada. Em votação a Emenda n.º 11; Rejeitada, contra o voto do Deputado Olívio Gabardo. Em votação a Emenda n.º 10; Aprovada. Em votação a Emenda n.º 9; Rejeitada. Em votação a Emenda n.º 8; Rejeitada. Em votação a Emenda n.º 7; Aprovada. Em votação a Emenda n.º 6; Prejudicada. Em votação a Emenda n.º 5; Rejeitada. Em votação a Emenda n.º 4; Rejeitada. Em votação a Emenda n.º 3; Aprovada com alteração da Comissão. Em votação a Emenda n.º 2; Rejeitada. Em votação a Emenda n.º 1; Aprovada. O Senhor Presidente declara suspensa a reunião, marcando outra para amanhã, dia vinte e um, às 10 horas.

Com as presenças dos Senhores Deputados Abrahão Miguel, Luiz Renato Malucelli, Olívio Gabardo, Antônio Lopes Júnior e José Alencar Furtado, o Senhor Presidente reabre os trabalhos às 10 horas. Com a palavra o Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior, Relator Geral da Carta do Estado que substitui no Art. 5.º a palavra Constituição Federal por Constituição da República. O item II do Art. 6.º passa ter a redação do item I do Art. 18 da Constituição Federal. Na letra c, do item II, do Art. 9.º, foi substituída a palavra seja por ou. No § 3.º do Art. 11, foi incluída as expressões "ou infringir o item III, do Art. 10". O Art. 13 passa a ser o § 4.º do Art. 12. No § 4.º do Art. 14 foram substituídas as expressões: essas sessões por mesmas. Suprimido o § 1.º do Art. 17. Suprimido o Art. 20. Dá nova redação ao § 3.º, do Art. 22. No Art. 29 foi alterada a redação do § 3.º substituindo as expressões "em escrutínio, secreto por em votação pública. Suprime o § 5.º do Art. 42. Inclui-se o seguinte parágrafo no Art. 43: O Vice Governador, além de outras atribuições que lhe forem conferidas em Lei, auxiliará o Governador sempre que por ele convocado, para as missões especiais. Altera a redação do Art. 47, substituindo as expressões, após por depois de aberta. O Senhor Presidente deu por suspensa a reunião até às 14 horas. Com a presença dos Senhores Deputados Abrahão Miguel, Luiz Renato Malucelli, Antônio Lopes Júnior e José Alencar Furtado, o Senhor Presidente declara reabertos os trabalhos da Comissão, às 14 horas. Com a palavra o Relator. É adotada a redação do Art. 84 da Constituição Federal, para o Art. 53 da Proposta. Altera a redação do Art. 57, acrescentando no § 1.º as expressões: busca e salvamento. Altera a redação do item I, do Art. 60, acrescentando com inserção definitiva de dois anos. Inclui no item II, o texto da Emenda n.º 7. É excluído do Art. 66 a palavra quando. Altera a redação do Art. 87, acrescentando as palavras "Os Desembargadores, os Juizes do Tribunal de Alçada e os Juizes de Direito gozarão das garantias seguintes". Altera o inciso c, do § 2.º do Art. 90, substituindo a palavra dois por três. Dá nova redação a alínea a, do § 2.º do Art. 90, da Proposta do Governo. No parágrafo único do Art. 93, foi excluída a palavra "presentes". Altera a redação do item III, do Art. 96, substituindo as expressões todos por seus e da justiça por auxiliares. Substitui a palavra promoção por acesso do parágrafo único do Art. 98, da Proposta do Governo. Altera a redação do parágrafo único do Art. 102, ficando substituída no texto as expressões: inserção definitiva de dois anos. No Art. 119, foi acrescida a palavra Municipal. Altera o item VII do Art. 125, que substitui o § 2.º pelo parágrafo da Constituição Federal. Substitui no item II do Art. 138, a palavra duzentos por cem. Substitui no Art. 139, a palavra matrícula por frequência e acrescenta um parágrafo único, com as seguintes expressões: a disciplina de Educação Moral e Cívica é constituída matéria obrigatória no Ensino Médio. O Art. 147 da Proposta passa a ter a seguinte redação: A eleição para a Mesa da Assembleia Legislativa realizar-se-á em 30 de março de 1970, para todos os cargos, findando o mandato dos eleitos com o término da presente legislatura, vedada a reeleição. Como parágrafo único. O mandato da atual Mesa da Assembleia Legislativa fica prorrogado até 30 de março de 1970. O Art. 149 é substituído na íntegra pela redação da Emenda n.º 48. É suprimido o § 2.º do Art. 150, por força da Emenda n.º 35. No § 3.º do Art. 150 é suprimida a palavra igualmente e substituída a palavra estabilidade por efetivação. É suprimido o § 6.º do Art. 150. Acresce no parágrafo único do Art. 156 a palavra administrativa. E acresce o Art. 159, com a seguinte redação: Aos atuais integrantes da Guarda Civil do Paraná, fica assegurado o direito de aproveitamento em qualquer categoria funcional do Poder Executivo. O Senhor Presidente suspendeu os trabalhos por 30 minutos. Com a presença dos Senhores Deputados Abrahão Miguel, Luiz Renato Malucelli, José Alencar Furtado, Antônio Lopes Júnior e Olívio Gabardo, o Senhor Presidente reabre os trabalhos da Comissão. Com a palavra o Deputado José Alencar Furtado que sobressai a participação brilhante e inestimável do Assessor Jurídico da Comissão, Doutor Joaquim Munhoz de Mello. Associação ao Voto de Louvor o Senhor Presidente e demais membros da Comissão que agradece, também, a presença do Senhor Desembargador Doutor Ary Florêncio Guimarães e Doutor Joaquim dos Santos Filho, Digníssimo Secretário do Governo. O Senhor Presidente suspende os trabalhos marcando reunião para o dia 23 de fevereiro às 10 horas. Com a presença dos Senhores Deputados Abrahão Miguel, Luiz Renato Malucelli, Olívio Gabardo, Tílio Vargas, Antônio Lopes Júnior e José Alencar Furtado, o Senhor Presidente reabre os trabalhos às 20 horas. Pela Ordem pede a palavra o Deputado José Alencar Furtado que pede preferência de votação para o Art. 93. Por decisão do Senhor Presidente, será discutido e votado na ocasião oportuna. Com a palavra o Deputado Antônio Lopes Júnior, Relator Geral, que faz a leitura da Proposta. Foi aceita a sugestão do Deputado José Alencar Furtado e aprovada pela Comissão que, quando da confecção do Regimento Interno, se facilite o comparecimento do Deputado em Plenário o direito de obstruir sem que seja anotada a falta a que se refere o § 3.º do Art. 33 da Constituição Federal. Pede a palavra o Deputado José Alencar Furtado que propõe Nova redação ao Art. 15 e seus parágrafos. Em votação. Aprovada. Com a palavra o Deputado Relator, que dá continuidade à leitura da Proposta. Sugere o Deputado Tílio Vargas, seja substituída a expressão fixar por aprovar, no item IV do Art. 21. Em votação, aprovada. Sugere o Deputado Olívio Gabardo, seja acrescido no § 3.º do Art. 25 as expressões Salvo Matéria Estatutária. Aprovada. O Senhor Presidente sugere a supressão da parte final do § 1.º do Art. 27. Aprovada. Sugere o Deputado Olívio Gabardo a al-

teração do texto do Art. 31, § 3.º, adicionando Transposição e incluindo parte da redação da Constituição Federal. Aprovada por unanimidade. Sugere o Deputado Olivir Gabardo, seja acrescida as expressões "No que couber" no § 1.º do Art. 40. Aprovada. Sugere o Deputado Olivir Gabardo, seja acrescida ao Art. 40, § 3.º as expressões "AD-REFERENDUM DA ASSEMBLEIA". Em votação. Votaram a favor da Proposta os Deputados José Alencar Furtado e Olivir Gabardo, votaram contra os Deputados Antonio Lopes Junior e Túlio Vargas, abstendo-se de votar o Deputado Luiz Renato Malucelli. O Senhor Presidente solicita ao Deputado Luiz Renato Malucelli que justifique a sua abstenção. Diz o Ilustre parlamentar que não se acha obrigado a fazê-lo. Em virtude do empate, vota o Senhor Presidente contra a proposta do Deputado Olivir Gabardo. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declara encerrada a presente reunião, da qual para constar lavrei ATA que, depois de lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

aa) ABRAHÃO MIGUEL — Presidente  
CARMEN A. FRECONZE — Secretária

# COMISSÃO DE REDAÇÃO ATA DA 72ª. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de hum mil novecentos e setenta e seis, na Sala das Comissões, reuniu-se Comissão de Redação, sob a presidência do senhor deputado Ivo Thomazoni. Havendo número legal e o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade que o senhor deputado Olivir Gabardo apresentou redação final dos seguintes processos: PROJETO DE LEI N. 447-68 — de autoria do senhor deputado Gabriel Manoel, que declara de utilidade pública, o "Primeiro Grupo de Cientistas Cristãos de Curitiba", com sede nesta Capital. PROJETO DE LEI N. 261-69 — de autoria do senhor deputado Túlio Vargas, que declara de utilidade pública, a Associação Paranaense de Propaganda "APP", com sede e fóro em Curitiba. PROJETO DE LEI N. 272-69 — de autoria do senhor deputado, digo do Governo do Estado — Mensagem Governamental n. 56-69, que objetiva transferir à Empresa de Turismo "PARANATUR", os imóveis que especifica, de propriedade do Estado. Aprovadas. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual para constar lavrei a presente Ata, que, depois de lida e achada conforme será assinada por mim e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

aa) Ivo Thomazoni — Presidente  
Lélio G. Sotte Major — Secretário

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 447-68

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

### DECRETA:

Art. 1.º — É declarada de utilidade pública, o "Primeiro Grupo de Cientistas Cristãos de Curitiba", com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24-2-70

aa) Ivo Thomazoni — Presidente  
Olivir Gabardo e Roberto Galvani — Relatores

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 261-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

### DECRETA:

Art. 1.º — É declarada de utilidade pública a Associação Paranaense de Propaganda — "APP", com sede e fóro em Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24-2-70

aa) Ivo Thomazoni — Presidente  
Olivir Gabardo e Roberto Galvani — Relatores

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 272-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à Empresa Paranaense de Turismo — "PARANATUR", os imóveis adiante especificados, de propriedade do Estado:

I — o imóvel denominado Hotel Casino, na cidade de Foz do Iguaçu, com as seguintes divisões e confrontações: — Trata-se de um imóvel de forma trapezoidal com frente para as ruas José Bonifácio, D. Pedro II e Du-

que de Caxias, com área total aproximada de 15.600,00 metros quadrados constituído dos lotes 1, 2 e 3 da Quadra 15 e 1, 2, 5 e 6 da Quadra 16-A e mais trecho da rua Belarmino de Mendonça compreendido entre as ruas D. Pedro II e Duque de Caxias, contendo hotel com dois pavimentos construído em alvenaria de tijolos pelo Estado do Paraná e demais benfeitorias existentes;

II — parte do imóvel denominado "Lagoa Dourada e Villa Velha", localizado no Município de Ponta Grossa, com as seguintes características e confrontações: — Trata-se de uma parte do imóvel denominado "Lagoa Dourada e Villa Velha", adquirido pelo Estado do Paraná, conforme transcrição n. 17.201 da Comarca de Ponta Grossa, com área de 424,88 ha, confrontando pelo Norte, Leste e Oeste por uma linha seca, com terras do referido imóvel, ocupado pela Secretaria de Agricultura e ao Sul pela BR-376 e o rio Guabiroba, contendo restaurante construído em alvenaria de tijolos pelo Estado do Paraná, sanitários e benfeitorias existentes;

III — o imóvel denominado Estância Hidromineral Santa Clara, na localidade denominada Cândói, Município de Guarapuava, com as seguintes divisões e confrontações: — O imóvel é constituído de uma área de cento e vinte e um (121) hectares, ou sejam, cinquenta (50) alqueires de terras, constituída dos quinhões ns. 6-A e 7 e parte do quinhão n. 6, da subdivisão judicial do imóvel denominado "Cândói", situado no Distrito de Cândói, desta Comarca, dentro de cuja área se encontra localizada a fonte de água mineral "Santa Clara", declaradas de utilidade pública, para efeito da mesma desapropriação, pelo Decreto-Lei Estadual n. 56, de 14 de agosto de 1942, sendo que a área em causa está circunscrita pelas linhas seguintes: "ponto de partida principal à margem direita do rio Jordão, a 510 metros da barra do arroio das Águas, onde segue a linha reta com o rumo de 16°35'NE e 358 metros de distância; daí prossegue em linha reta com o rumo de 69°50' e 230 metros de comprimento, onde alcança o arroio das Águas; segue por este acima até o ponto situado a 400 metros, mais ou menos, acima de um salto; deste ponto segue em linha reta com o rumo verdadeiro de 89°05'SO e com 1.560 metros, mais ou menos, de comprimento alcança a margem esquerda do arroio da Divisa; desce por este até sua foz no rio Jordão e sobe pela margem direita deste até o ponto de partida desta discriminação de limites, abrangendo a área aproximada de 121 hectares, contendo hotel com dois pavimentos construído em alvenaria de tijolos pelo Estado do Paraná e demais benfeitorias existentes;

IV — o imóvel situado à rua Presidente Carlos Cavalcanti, número 1.157, esquina com a rua João Manoel, nesta Capital, com as seguintes especificações:

a) terreno Carta de Data com 24,00 metros, mais ou menos, de frente para a rua Presidente Carlos Cavalcanti, desta cidade, seguindo o alinhamento definitivo da rua João Manoel na esquina da qual está situado, tendo nesta última uma frente de 51,52 metros e que correspondem aos fundos da primeira face já descrita, dividindo de um lado com terrenos dos mesmos vendedores e de outro com propriedade da viúva de Vicente Debedenito e herdeiros de Kuno Klemann; neste lado o terreno vem a linha reta, partindo da frente da rua Presidente Carlos Cavalcanti, numa distância de 29,60 metros, quebrando para a esquerda numa linha de 8,90 metros e daí novamente em linha reta para cima até a divisão com o terreno dos vendedores, com a área total de 1.291 metros quadrados, mais ou menos, contendo uma casa residencial, de alvenaria, com três pavimentos, sob n. 1.157 da rua Presidente Carlos Cavalcanti;

b) lote de terreno Carta de Data com a designação de A-1, e parte do lote D-3, da quadra N)-A-23, com 16,16 metros de frente, mais ou menos, de frente para a rua João Manoel, nesta cidade, por 60,00 metros, mais ou menos de fundos, com a área total de 838,80 metros quadrados aproximadamente, sem benfeitorias, dividindo de um lado com o terreno acima, de outro com Luiz Antônio de Souza Filho, Afonso de Loyola e Silva Filho, Vicente de Barros Lemos e Menotti Caprithone e pelos fundos com herdeiros de Kuno Klemann.

Art. 2.º — A transferência de imóveis de que trata a presente lei, será precedida título de integralização de subscrição por parte do Estado do Paraná do capital da Empresa Paranaense de Turismo — "PARANATUR", após prévia avaliação e preenchimento de todas as formalidades constantes da legislação específica.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as lei n. 4.389, de 30 de junho de 1961 e demais disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de fevereiro de 1970.

aa) Ivo Thomazoni — Presidente  
Olivir Gabardo e Roberto Galvani — Relatores